



PSD p.11

Candidaturas autárquicas em Vila Franca de Xira, Oliveira do Hospital e Arouca



PSD p.12

Moreira da Silva na apresentação do candidato à Junta de Freguesia de Belém

POVO LIVRE



nº 1789
3 de Julho de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

“Não abandono o meu país”



Governo p.3

“O Governo nunca deixará de respeitar o direito à greve”

Governo p.6

Conselho Europeu concorda com apoios ao desemprego jovem antecipados para 2014 e 2015

Declaração do Primeiro-Ministro

“Não abandono o meu país”

O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, comunicou ao país que não se demite, nem pede a exoneração do parceiro de coligação, esperando que o CDS-PP “esclareça as condições” da saída do ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo. “É minha convicção que, sejam quais forem as divergências que estão na base da actual crise, saberemos ultrapassá-las em nome do interesse de Portugal. Estamos cientes de que um Governo de coligação é um compromisso permanente”, afirmou.

Pedro Passos Coelho declarou que teria sido “precipitado aceitar o pedido de demissão” de Paulo Portas, porque “só por divergências de enorme gravidade o Governo pode ser posto em causa”, nomeadamente na situação presente, pelo que “os portugueses podem contar com a minha serenidade”.

Apresentar a demissão do Governo seria “recusar os primeiros sinais de viragem” ao fim de dois anos de sacrifícios e quando ainda “temos que colher os frutos do que semeámos com tanto esforço”.

Declaração na íntegra

«O País foi surpreendido pelo pedido de demissão do Sr. Dr. Paulo Portas, Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e Presidente do CDS-PP.

Eu próprio tenho de manifestar a minha surpresa. Quando ontem propus ao Sr. Presidente da República a Dra. Maria Luís Albuquerque para Ministra das Finanças, e os seus Secretários de Estado, que incluem um membro do CDS e que tinha sido confirmado pelo Dr. Paulo Portas, os acontecimentos de hoje eram evidentemente impensáveis.

É agora claro para todos os Portugueses que a ameaça da instabilidade política, nas actuais circunstâncias, comporta riscos para o País que ninguém pode desejar e que teria consequências muito pesadas.

Seriam dois anos de um grande esforço de todos, de sacrifícios que todas as famílias conhecem, que seriam deitados por terra.

Seria recusar incompreensivelmente os primeiros sinais de viragem que estão finalmente a chegar de forma ainda tímida mas consistente.

Por tudo isto, e pelo facto de o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros ser Presidente de um partido que suporta o Governo, seria precipitado aceitar esse pedido de demissão. Não pedi, portanto, ao Sr. Presidente da República a exoneração do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

Numa democracia madura, um Governo de coligação que goza do apoio de uma forte maioria dos representantes do povo não pode ser posto em causa a não ser por divergências de enorme gravidade.

Desde o início que sempre tentei transmitir a todos os Portugueses e a todos os agentes políticos a necessidade imperiosa de colocarmos a prudência, a cabeça fria e o sentido de Estado acima de tudo o resto. Quando começámos este caminho a situação era muito difícil, e as dificuldades ainda não terminaram. Talvez agora todos estejam mais conscientes das exigências que circunstâncias tão delicadas como as nossas impunham. Mas são precisamente esses momentos definidores que mais apelam à serenidade.

Da minha parte poderão contar sempre com essa serenidade. Lucidez nos momentos de crise não é insensibilidade, mas um dever político comum a todos. Comigo o País não escolherá um colapso político, económico e social. Há muito trabalho pela frente e temos de colher



os frutos do que semeámos com tanto esforço. O País está primeiro. Esta é uma questão de consciência e de convicção. Os tempos não exigem menos do que isto. E aqui o Primeiro-Ministro representa a esperança de todos os Portugueses de fechar o Programa de Ajustamento e construirmos uma sociedade mais próspera e mais justa.

Quero também dizer-vos que precisamos de clareza. Isso significa que assumo como minha a missão de esclarecer todas as condições de apoio político junto dos partidos que suportam o Governo. Não depende apenas da minha vontade resolver definitivamente este problema. Mas ambos os partidos têm a obrigação de não desiludir o País. Em conjunto, teremos de esclarecer o sentido do pedido de demissão do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros no contexto mais amplo possível: no contexto do nosso projecto comum e no contexto dos perigos que conseguimos evitar.

Essa clareza é também fundamental para manter a credibilidade e confiança internacionais que já conquistámos. Por essa razão irei manter a minha participação amanhã num encontro em Berlim que conta com os chefes de Estado e de Governo da União Europeia e onde continuarei a lutar pelos interesses de Portugal.

Nas próximas horas procurarei junto do CDS clarificar e garantir todas as condições de estabilidade para o Governo e para o País para prosseguirmos a estratégia de superação da crise nacional, agarrarmos um novo ciclo de prosperidade que os Portugueses merecem, e darmos sentido ao grande esforço e sacrifícios de todos. É minha convicção que, sejam quais forem as divergências que estão na base da actual crise, saberemos ultrapassá-las em nome do interesse de Portugal. Estamos cientes de que um Governo de coligação é um compromisso permanente.

É dessa clareza que falo e é essa clareza que espero.

Assumo essa missão com a mesma determinação que desde a primeira hora confrontei todas as adversidades.

Nesse sentido, também eu serei claro. Não me demito. Não abandono o meu País. Abraço, como sempre abracei, o serviço ao meu País com a mesma dedicação e com a mesma esperança. Vivemos num tempo em que não nos podemos assustar diante das adversidades. Como poderia eu assustar-me quando à minha volta vejo exemplos de coragem de tantas centenas de milhares de Portugueses?

Quando atravessamos os problemas colectivos que ainda temos para resolver, o Primeiro-Ministro tem de ser o baluarte da confiança e da tranquilidade. Tem de ser o referencial da persistência e do empenho democrático no único rumo que nos pode fazer sair de uma crise que se arrasta há mais de 10 anos.

O Primeiro-Ministro tem de assegurar a responsabilidade e a energia necessárias para lutar contra todas as adversidades. Tem de representar a vontade colectiva que não se verga nem desiste.

Para tudo isso os Portugueses podem contar comigo.

Nem poderia ser de outro modo quando os Portugueses deram e continuam a dar provas de responsabilidade, de energia e de vontade de lutar.

Nós, políticos e governantes, temos de responder à altura. Porque, afinal de contas, o que está em causa não são as incertezas ou os anseios dos políticos, quer estejam no Governo, quer estejam na oposição, mas o interesse e o bem da nossa comunidade política. Todos desejamos um rápido regresso à estabilidade e à confiança.

Farei tudo, absolutamente tudo, para que assim seja.»

fonte: Gabinete do PM

Debate quinzenal

“O Governo nunca deixará de respeitar o direito à greve”

Na passada quarta-feira, o Primeiro-Ministro manteve dois debates consecutivos com os Parlamentares, na Assembleia da República sendo o primeiro o debate quinzenal, aberto pelo PCP e que é o derradeiro desta sessão legislativa, ao qual se seguiu a habitual discussão que antecede os Conselhos Europeus e no qual o chefe do Executivo esclarece os deputados sobre a forma como prevê que decorrerão os trabalhos em Bruxelas; e ouve e discute as sugestões e opiniões dos eleitos. Mas esta não será a última presença do Primeiro-Ministro antes das férias, pois voltará ainda ao Parlamento a 12 de Julho para o debate sobre o “Estado da Nação”.

Após a primeira hora e 20 minutos previstos de troca de argumentos no debate quinzenal, Passos Coelho participa depois no debate preparatório do Conselho Europeu, sendo o PS o primeiro grupo parlamentar a tomar a palavra, seguindo-se a restante oposição ao Governo da maioria PSD/CDS-PP.

Todos os grupos parlamentares indicaram assuntos económico-sociais como temas para o debate quinzenal, coincidindo mesmo as bancadas comunista e socialista na formulação efectuada: “questões económicas, sociais e políticas”.

Um dia antes da greve geral, os deputados do PSD abordaram o tema “economia e emprego”, enquanto os democratas-cristãos preferira centrar a sua contribuição para o debate, nas “políticas económicas e sociais”.

Bloco de Esquerda e “Os Verdes” elegeram, respectivamente, “políticas sociais, economia e relações internacionais” e “matérias sociais, económicas e ambientais”.

O debate, as perguntas e as respostas...



Conforme a ordem do dia, Jerónimo de Sousa (PCP) abriu o debate com uma crítica ao Conselho de Ministros de Alcobaça, por terem brindado com uma ginja da região “quando o Governo nada tem para celebrar”.

Passos Coelho afirmou que os comunistas estavam errados, e salientou o simbolismo do mosteiro, a humildade e o imenso trabalho dos monges de Cister, a quem se deve a utilização dos recursos naturais e o progresso da grande região que D. Afonso Henriques pusera a seu



cargo, e cujo sucesso tinha passado pela parcimónia exemplar, parcimónia que o Governo, neste momento, tomava como exemplo na gestão dos dinheiros públicos.

Passos Coelho lembrou que este Conselho de Ministros informal tinha sido aproveitado para fazer um balanço dos 24 meses de mandato cumpridos, mas também para perspectivar os dois próximos anos.

“Deixe-me também realçar o simbolismo do mosteiro e a forma parcimoniosa como Governo tem olhado para os dinheiros públicos e vem preparando as finanças e contas públicas para ficarem bem mais saudáveis, como não temos há muitos anos”, disse.

Falando sobre a greve geral, Pedro Passos Coelho, afirmou hoje a Jerónimo de Sousa, que o Governo respeita o “direito inalienável à greve”, referindo no entanto que o País precisa menos de greves e mais de trabalho e rigor.

“Politicamente, o que posso dizer como Primeiro-Ministro, é que Portugal precisa menos de greves e mais de trabalho e de rigor, mas o direito à greve é inalienável e quem o fizer não faz mais que exercer esse direito inalienável”, declarou, referindo-se à greve que estava agendada pelas confederações sindicais, para o dia seguinte. O Primeiro-Ministro acrescentou que o Governo “nunca deixará de respeitar” o direito à greve e sublinhou que a regulamentação da lei da greve “tem sobrevivido no essencial” a vários governos.

Pedro Passos Coelho disse responder desta forma ao secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, que, no início do debate, tinha feito uma referência aos “tempos sombrios” em que se “proibiu a greve por decreto”.

O Primeiro-Ministro defendeu ainda que o Governo “tem obrigação também de oferecer aos portugueses um horizonte de esperança que lhes permita pensar que os sacrifícios que estão a fazer têm significado”, defendeu.

O Governo e os sindicatos dos professores

Na sua resposta à intervenção do líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, o Primeiro-Ministro referiu-se ao acordo alcançado com os sindicatos dos Professores

e afirmou que o Governo tinha seguido a linha que, desde o início, tinha manifestado predisposição para fazer, considerando que as greves às avaliações podiam ter sido evitadas.

Pedro Passos Coelho afirmou também que o Governo não assumiu nenhum compromisso para futuro, quanto à eventual passagem de professores para o regime de mobilidade, mas apenas relativamente ao ano lectivo 2013/2014.

“O Governo concretizou aquilo que, pela voz do ministro da Educação, já tinha mostrado abertura para fazer desde o início”, declarou o Primeiro-Ministro. Depois de saudar o entendimento entre sindicatos de professores e o Ministério da Educação, Passos Coelho referiu que o Governo tinha, desde o início, assegurado que o aumento do horário de trabalho de 35 para 40 horas por semana não se iria reflectir na carga lectiva dos professores e que não considerava necessário colocar professores efectivos no regime de requalificação e mobilidade no ano lectivo 2013/2014.

“O Governo, no essencial, manteve a sua predisposição. Estas regras são para aplicar transversalmente. Não há nenhum compromisso de que, para futuro, não venha a ser necessário que mecanismos de reconversão não sejam aplicados na área dos professores”, acrescentou o chefe do Governo.

Passos Coelho concluiu que se poderia ter “poupado, sobretudo no que respeita ao sistema de avaliações, muitos prejuízos aos estudantes, às famílias e às próprias escolas, se tivesse havido maleabilidade, flexibilidade suficiente para fazer este compromisso antes da greve geral, antes da greve dos professores e antes da greve às avaliações”.

Ainda no diálogo com Luís Montenegro, o líder parlamentar do PSD defendeu que os dados da execução orçamental dos primeiros cinco meses deste ano mostram que há condições para que as metas inscritas no Orçamento do Estado para 2013 sejam cumpridas.

Luis Montenegro alegou que esses dados contrariam “os mais pessimistas e os mais derrotistas” que põem em causa o cumprimento dos objectivos orçamentais

estabelecidos para este ano.

Segundo o líder parlamentar do PSD, pode inferir-se dos dados da execução orçamental que “as metas são alcançáveis”.

Dirigindo-se a Pedro Passos Coelho, Luís Montenegro perguntou-lhe, de forma retórica: “É ou não verdade, senhor Primeiro-Ministro, que do ponto de vista orçamental, estamos em condições de poder caminhar e cumprir as metas que estão no orçamento?”

“É ou não verdade que o défice está abaixo daquilo que estava previsto, isto apesar do aumento das despesas sociais e do aumento dos encargos com juros? É ou não verdade que estamos sem défice externo, e com excedente no saldo da balança de bens e serviços?”, prosseguiu o social-democrata, que referiu ainda que “as dívidas com os pagamentos em atraso estão a diminuir” e que “alguns sectores da Administração, como, por exemplo, as autarquias locais, estão também a cumprir o esforço que é pedido” para que as metas deste ano sejam cumpridas.

Na sequência destas afirmações, o Primeiro-Ministro assinalou hoje o facto de Portugal ter atingido um excedente face ao exterior em termos de conta corrente, apontando-o como crucial para o País sair da situação de resgate financeiro.

“Em termos de conta corrente, foi a primeira vez em dezenas de anos que Portugal conseguiu uma posição excedentária sobre o exterior. E isto é da maior importância”, afirmou Pedro Passos Coelho. O Primeiro-Ministro ressaltou que não estava a falar “globalmente em termos de conta externa”, mas somente “em termos de conta corrente”.

“Em matéria de excedente sobre o exterior, de capacidade de financiamento, este dado é crucial para que possamos encarar com mais normalidade o nosso regresso a financiamento normal de mercado, isto é, fechar o Programa de Assistência Económica e Financeira sem necessitar de um segundo resgate”, considerou.

Pedro Passos Coelho referiu que a previsão do Governo era a de que conta corrente “se aproximasse durante o ano de 2013 de um ponto de equilíbrio, mas não de um excedente ainda”.

“Contaríamos com um excedente apenas em 2014. Ora, evidentemente, ainda é cedo para estar a deitar foguetes, como se costuma dizer em termos populares, mas a verdade é que, pela primeira vez, o País teve uma posição excedentária face ao exterior em matéria de conta corrente”, reforçou.

Segundo o chefe do executivo, no espaço público “os aspectos negativos” da situação portuguesa têm mais destaque do que os positivos, mas o estado da conta corrente indica que “os sacrifícios que os portugueses têm vindo a fazer e o ajustamento que as empresas têm vindo a fazer, estão a ser bem-sucedidos”.

A este propósito, o Primeiro-Ministro disse que Portugal precisa também de caminhar para um “excedente orçamental”, mencionando que, “em 40 anos”, isso nunca aconteceu.

“Isso vai ter de mudar para futuro”, caso contrário a presença de Portugal “na União Europeia e no seio do euro não é sustentável”, declarou Passos Coelho, acrescentando: “Nós temos de nos empenhar para que isso seja possível e nós estamos a dar o nosso contributo para que isso seja possível”.

Diálogo algo “encrespado” com um Seguro acusado de “soberba”...

O Secretário-Geral do PS parece ter substituído a argumentação racional, pelas acusações infundadas e falta de delicadeza na linguagem. Assim, “abriu fogo” contra o PM, acusando-o de “não ouvir ninguém num momento em que o país se encaminha para uma tragédia social”. Mas Passos Coelho, advertiu-o que era um acto de pura soberba pretender “falar pelo País”, sem para isso ter mandato”.

Seguro e Passos Coelho travaram hoje, no parlamento, um dos debates mais tensos do último ano, pois o Primeiro-Ministro não o deixou sem resposta no mesmo tom e com as suas intervenções a serem frequentemente interrompidas por protestos, ora da bancada do PS, ora das bancadas da maioria PSD/CDS.

No debate político, o secretário-geral do PS referiu que



ainda hoje Bruxelas avisou que as projecções do Orçamento Rectificativo deste ano poderão não ser alcançadas, num momento em que o ministro das Finanças [Vitor Gaspar] já admitiu um défice de dez por cento no primeiro trimestre deste ano, com a dívida pública a ultrapassar os 127 por cento e quando “os portugueses pagam mais impostos. E o que diz o Primeiro-Ministro? Que estamos na direcção certa. Diga-me porque é que todos estão errados e só o senhor está certo?”, questionou Seguro.

A resposta do Primeiro-Ministro ao secretário-geral do PS foi muito dura: “Senhor deputado José Seguro, cuidado com a soberba, cuidado com a soberba. Não lhe deveria explicar que muito dificilmente o senhor deputado [líder do PS] pode falar em nome de todos os portugueses”.

Depois, Pedro Passos Coelho sustentou que os portugueses sabem que, “se o País está na actual situação, isso deve-se a vários anos de irresponsabilidade orçamental, política, económica e social e os Portugueses sabem quem os dirigiu nesses anos, sabem a quem devem o que agora estão a sofrer...!”

“O Governo está a cumprir rigorosamente o memorando de entendimento e a fechar um programa de assistência económica e financeira, que foi negociado e acordado por um Governo socialista que se encontrava sem recursos e à beira da bancarrota. Mas o cumprimento rigoroso e muitas vezes doloroso para os Portugueses, sobrou para o actual Governo. E cumprimos!”

“O programa deverá estar concluído em Maio de 2014. Em Maio do próximo ano, estaremos a finalizar o resgate da nossa autonomia. Não fui eu quem pedi um resgate externo, mas sou eu que vou fechar o período de resgate externo que o seu partido pediu”, contrapôs o primeiro-ministro.

A seguir, Pedro Passos Coelho atacou a lógica de actuação política do secretário-geral do PS, dizendo que, enquanto Primeiro-Ministro, não governa “para as sondagens bonitas ou para o aplauso fácil de arrancar”.

“Eu não funciono como um catavento, não ando todos os dias a prometer incoerências e o contraditório”, acrescentou.

Por seu turno, Seguro disse que o Primeiro-Ministro tinha dado “mais uma machadada num possível consenso entre Governo e socialistas” quando Passos Coelho o questionou sobre como se propunham os socialistas financiar a suas propostas de dinamização da economia.

“O senhor Primeiro-Ministro voltou a dar uma machadada no diálogo político e no consenso político com o PS. O senhor não pode andar às segundas, quartas e sextas-feiras a dizer que o país precisa do consenso do PS e depois chega aqui, a um debate quinzenal, e trata o PS da forma como tratou”, protestou o líder socialista.

Passos interpelou directamente o secretário-geral do PS: “Acha que pode vir aqui ao debate parlamentar acusar o Governo daquilo que lhe apetece e depois não ouvir resposta do Primeiro-Ministro; mas se o Primeiro-Ministro lhe responde, entende que pode considerar isso um ataque ao entendimento com o PS. O senhor não pode estar a falar a sério”, afirmou Passos Coelho.

O Primeiro-Ministro também devolveu a acusação de Seguro sobre comportamento dúplice do ponto de vista político, dizendo que o PS critica o executivo se houver mais défice, mas também o critica caso se adoptem políticas recessivas.

“Em que ficamos senhor deputado [Seguro]: quer mais défice ou não? O PS defende um défice que seja financiável por quem e porquê? Como o senhor anda pelo País, segundo disse, a ouvir as pessoas, diga também às pessoas o que podem esperar do PS. Diga-lhes que vai deixar aumentar o défice e diga-lhes onde vai buscar o dinheiro para o financiar e diga-lhes como isso permitirá que Portugal regresse aos mercados. Explique o inexplicável e, depois disso, talvez nós posamos voltar a conversar”, acrescentou Passos Coelho, recebendo largos aplausos das bancadas dos partidos que apoiam o Governo.

Falando com “Os Verdes”

Em resposta a uma pergunta da deputada Heloísa Apolónia, do partido ecologista Os Verdes, sobre uma eventual redução de impostos, o Primeiro-Ministro afirmou que “Muito me surpreenderia que isso [redução de impostos] acontecesse em breve prazo”, especificamente no Orçamento para 2014. Sublinhando que não se pode “comprometer” com uma redução da carga fiscal até ao final da legislatura, o Primeiro-Ministro realçou contudo que o Executivo está a trabalhar nesse sentido.

“Estamos a trabalhar para conseguir o equilíbrio orçamental e estamos a trabalhar para que a despesa pública se adapte às possibilidades dos contribuintes e não o contrário. Isso não é possível obter rapidamente, num curto espaço de tempo. (...) Mas é para isso que estamos a trabalhar”, disse Pedro Passos Coelho.

Os Verdes haviam questionado o Primeiro-Ministro sobre uma eventual redução dos impostos sobre as famílias e empresas, para além de terem acusado Pedro Passos Coelho de querer “desvalorizar” a “luta plena de sucesso que os professores tiveram” nas últimas semanas.

Na resposta, Passos Coelho disse que não desvalorizou os sindicatos dos professores, “bem pelo contrário”.

Antes, o primeiro-ministro havia afirmado que aquilo que o Governo acordou com sindicatos de professores foi o que tinha manifestado predisposição para fazer desde o início, considerando que as greves às avaliações podiam ter sido evitadas.

Passos Coelho reafirmou que o Governo não assumiu nenhum compromisso para futuro, quanto à eventual passagem de professores para o regime de mobilidade, mas apenas relativamente ao ano lectivo 2013/2014.

“O Governo concretizou aquilo que, pela voz do ministro da Educação, já tinha mostrado abertura para fazer desde o início”, sublinhou.

Com Nuno Magalhães do CDS-PP

O líder do grupo parlamentar do CDS-PP, Nuno Magalhães, na sua intervenção, aconselhou o Primeiro-Ministro a “não se impressionar excessivamente” com o “tom crispado” do PS no debate e salientou o “espírito construtivo” de algumas propostas dos socialistas.

Nuno Magalhães iniciou a sua intervenção no debate quinzenal referindo que regista o “espírito construtivo”



de algumas propostas, que regista, apesar de não concordar com todas.

O líder parlamentar do CDS-PP disse que o seu partido “não se impressiona excessivamente” com “o tom mais crispado” dos socialistas no debate e defendeu que a maioria não o deve fazer.

Ao contrário, aconselhou, “o senhor Primeiro-Ministro não deve também valorizar excessivamente este mesmo tom”, atribuindo o registo da bancada do PS ao facto de o debate ocorrer na véspera de uma greve geral e de poder haver “uma certa concorrência à esquerda” para ver “quem está mais interessado” no sucesso da paralisação.

“Eu prefiro salientar as propostas que o maior partido da oposição tem feito no sentido de podermos ter pontes, entendimentos e consensos nomeadamente no financiamento das pequenas e médias empresas, na participação europeia de Portugal, no cumprimento do essencial do memorando de entendimento”, afirmou o líder parlamentar do CDS-PP.

O Parlamento debateu na quinta-feira quatro projectos de resolução e quatro projectos de lei do PS, num agendamento potestativo, entre os quais um diploma para baixar o IVA da restauração e outro que prevê incentivos à capitalização das empresas.

Na sua intervenção, o líder parlamentar do CDS-PP questionou o Primeiro-Ministro sobre se o Governo pode

“melhorar ainda” e encontrar “formas mais expeditas” para o pagamento das dívidas a fornecedores e para combater a evasão fiscal.

O deputado considerou que “há aí um caminho a fazer”.

Na resposta, o primeiro-ministro destacou que o Governo “ainda não eliminou o défice excessivo que os socialistas deixaram, mas vai eliminá-lo”.

Passos Coelho disse que o Governo tem vindo a diminuir a dívida do passado, nomeadamente a dívida a fornecedores a mais de 90 dias, que representava em 2011 mais de 5 mil milhões de euros.

“Nesta altura são três mil milhões. O Estado fez aquilo que devia, pagar aos fornecedores”, disse, destacando que foi reforçado também o quadro de penalizações à administração quando não paga aos fornecedores.

O Primeiro-Ministro voltou às críticas ao PS afirmando que “ao mesmo tempo que o Partido Socialista diz que é preciso pagar as dívidas que eles deixaram aos fornecedores, diz que é contra a lei dos compromissos”.

“Isso é contraditório, porque se não evitarmos que novas dívidas sejam criadas, - e é isso que a lei dos compromissos permite fazer - então essa dívida vai crescer outra vez, de certeza”, criticou.

- Fontes: Lusa, DN

Conselho Europeu concorda com apoios ao desemprego jovem antecipados para 2014 e 2015

Na sua habitual carta aos líderes europeus, enviada antes das cimeiras do Conselho Europeu, Herman van Rompuy pede que, na cimeira de quinta e sexta-feira, em Bruxelas, sejam acordadas medidas “tangíveis” de combate ao desemprego jovem e de apoio às pequenas e médias empresas (PME).

Van Rompuy afirma que os “dois principais” temas na agenda da cimeira serão o combate ao desemprego jovem e o financiamento à economia, nomeadamente às PME e sustenta que durante os dois dias, “...o nosso objectivo deve ser, acima de tudo, chegar a acordo sobre medidas tangíveis para baixar as elevadas taxas de desemprego que os nossos países enfrentam, especialmente entre os jovens”.

Neste âmbito, Van Rompuy pede aos chefes de Estado e de Governo para que “acelerem” a concretização da garantia jovem (que contempla uma verba de seis mil milhões de euros), mobilizem “todos os recursos disponíveis” para a criação de emprego e melhorarem a mobilidade laboral, tudo com o “envolvimento pleno” dos parceiros sociais.

Além disto, acrescenta o presidente do Conselho Europeu, “considerando-se a necessidade urgente de restaurar os fluxos de crédito na economia, devemos lançar um novo plano de acção de investimentos”, com medidas de apoio às PME, tal como prevê o Pacto para o Crescimento e o Emprego adoptado em 2012.

O Conselho Europeu, no qual Portugal esteve representado pelo Primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, iniciou-se na quinta-feira, às 16:30 (menos uma hora em Lisboa), com uma “troca de pontos de vista” com os parceiros sociais.

A primeira sessão de trabalhos, que começou às 18:15 locais, focou-se, de facto, em dois temas principais: a criação de emprego para os jovens e o financiamento da economia.

Os líderes europeus, reunidos em Bruxelas no dia 28, acordaram em antecipar para 2014 e 2015 a disponibilização da verba de seis mil milhões de euros destinada à garantia jovem, inicialmente prevista para o período 2014-2020, anunciou o presidente do Conselho Europeu.

Herman Van Rompuy, que falava na conferência de imprensa que assinalou o final do primeiro dia do Conselho Europeu, em Bruxelas, disse que esta antecipação foi possível graças ao “acordo político” sobre o orçamento comunitário para 2014-2020, anunciado na quinta-feira, antes do início da cimeira europeia.

“Com o acordo sobre o orçamento [da União Europeia] será possível antecipar e acelerar medidas como a garantia jovem”, destinada a combater o desemprego juvenil, afirmou o presidente do Conselho Europeu.

Esta garantia, proposta pela Comissão Europeia, visa garantir que os jovens até aos 25 anos, que estão desempregados há quatro meses, tenham acesso a um trabalho, a um estágio ou a um programa de formação.

O presidente do Conselho Europeu disse que a discussão sobre as medidas destinadas ao combate ao desemprego jovem foi caracterizada pelo consenso.

Herman Van Rompuy adiantou ainda que os líderes europeus acordaram “investimentos substanciais, com o foco nas pequenas e médias empresas” (PME).

Os líderes europeus, entre os quais o Primeiro-Ministro português, Pedro Passos Coelho, retomaram os trabalhos na sexta-feira, pelas 10:00 (menos uma hora em Lisboa).

O alargamento da União Europeia e o aprofundamento da União Económica e Monetária foram os temas em debate, depois de o primeiro dia de trabalhos ter sido focado na definição de medidas destinadas a travar o desemprego jovem e a melhorar o acesso ao financia-



mento por parte das PME.

Na sexta-feira, conclui-se este Conselho que, depois de ter decidido, no dia anterior, antecipar para 2014 e 2015 os seis mil milhões de euros destinados a combater o desemprego jovem, retomou os trabalhos às 10 horas locais, debatendo o alargamento da UE e, conforme se esperava, foi feito o anúncio da abertura das negociações finais para a adesão da Sérvia e ainda o aprofundamento da União Económica e Monetária (UEM).

No que respeita ao combate ao desemprego jovem, os líderes europeus acordaram aumentar a verba, eventualmente, para oito mil milhões de euros, em resultado da “flexibilidade” acordada na quinta-feira entre a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e o Conselho Europeu, no âmbito do acordo sobre o orçamento comunitário para o período 2014-2020, como explicou o presidente do executivo comunitário, Durão Barroso.

O montante deverá estar disponível aos Estados-membros, a partir de Janeiro do próximo ano.

O défice português, previsto para este ano, é alcançável

O Primeiro-Ministro português, Pedro Passos Coelho, falando à Imprensa à saída da cimeira, comentou os

dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), sublinhando que o défice de 10,6 por cento do PIB nos primeiros três meses do ano, seria de 8,8% excluindo a operação de capitalização do Banif, e disse não ser surpresa o aumento registado no trimestre, em virtude da reposição dos subsídios a funcionários públicos e pensionistas, admitindo mesmo que o aumento até poderia ser ligeiramente maior.

No entanto, Passos Coelho considerou que o limite para o défice deste ano, de 5,5%, é “perfeitamente alcançável”, atribuindo a subida no primeiro trimestre ao aumento da despesa pública resultante da decisão do Tribunal Constitucional.

“Nós sabíamos que este ano haveria um aumento da despesa pública resultante do facto de estarmos a fazer a reposição de um dos subsídios aos trabalhadores da administração pública e aos pensionistas. De facto, ele ainda vai ser um pouco maior, na medida em que, depois decisão do Tribunal Constitucional, nós não estaremos a repor apenas um dos subsídios, vamos repor os dois subsídios, e isso corresponde a um aumento da despesa pública e, portanto, a um agravamento do défice quando comparado com o do ano passado em termos de despesa pública”, sustentou.

Todavia, o Primeiro-Ministro considera que os



números agora divulgados, e que já haviam sido “de alguma forma” antecipados pelo ministro das Finanças, Vítor Gaspar, esta semana, na Assembleia da República, “mostram, no entanto, que o limite para o défice este ano é perfeitamente alcançável”.

“Os dados de que dispomos do segundo trimestre em contabilidade pública mostram que nós temos todas as possibilidades de atingir o nível do défice de 5,5% até ao final deste ano, e isso deve ser evidentemente uma boa razão para estarmos mais optimistas quanto ao desempenho macroeconómico até ao final do ano”, concluiu.

Segundo os dados do INE, o défice orçamental das Administrações Públicas atingiu os 10,6% no primeiro trimestre do ano, o que compara com um valor nominal do défice de 7,9% registado no período homólogo de 2012, mas teria ficado nos 8,8% sem a reclassificação dos 700 milhões de euros gastos pelo Estado com a recapitalização do Banif, acima do limite máximo estimado pela UTAO.

Ainda do lado da despesa, o INE referiu que, além da operação de aumento de capital do Banif, também as prestações sociais pagas aumentaram, sendo estas as duas componentes “os contributos mais significativos para o aumento da despesa”.

Na mesma ocasião, o Primeiro-Ministro afirmou que a recessão em Portugal “está a abrandar” e acrescentou que o Governo conta ter, até ao final do ano, “uma viragem na tendência económica”.

Pedro Passos Coelho, que falava no final do Conselho Europeu, destacou o desempenho da actividade económica em Portugal, a subida do índice de produção industrial - hoje divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) - e a existência de uma conta corrente positiva, “pela primeira vez, em dezenas de anos”.

“Ao contrário do que aconteceu no último trimestre de 2012, em que a actividade económica afundou em Portugal - foi o país na União Europeia em que a actividade económica mais se afundou, se excluirmos a Grécia -, a verdade é que, no primeiro trimestre deste ano, Portugal esteve já muito perto da média europeia”, destacou.

“E a nossa convicção, dos dados mais avançados de que dispomos, é a de que, no segundo trimestre, esta tendência ainda melhorará mais, o que significa que a recessão em Portugal está a abrandar”, acrescentou o primeiro-ministro.

Índice de produção industrial aumenta 4,4% em Maio

Passos Coelho disse que o Governo conta ter, “até ao final do ano, uma viragem na tendência económica”,

salientando que o executivo está a “fazer tudo e a tomar todas as medidas” para favorecer essa alteração.

De acordo com os dados do INE, o índice de produção industrial aumentou 4,4% em maio deste ano, face ao mês homólogo de 2012, registando a segunda variação positiva desde Dezembro do ano passado.

Também motivo de congratulação é a notícia da aprovação do novo regime português de garantia, que desbloqueia o acesso a linhas de financiamento do Banco Europeu de Investimento (BEI), uma “notícia extremamente relevante” para as PME portuguesas.

Apontando que, na quinta-feira, a Comissão Europeia “aprovou um novo regime que foi proposto pelo Governo português para garantia do tesouro português a uma carteira de empréstimos do BEI, que pode envolver um financiamento global de 6 mil milhões de euros”, Pedro Passos Coelho sublinhou a importância de tal decisão, quer para os empréstimos que já estavam atribuídos, quer para uma nova linha de 1.100 milhões de euros que poderá vir a ser utilizada pelas pequenas e médias empresas (PME).

Por um lado, disse, se o sistema de garantia, referente a “uma carteira de empréstimos que já estão atribuídos na economia portuguesa de forma indirecta, mediada pelos bancos portugueses” não tivesse sido aceite pela Direcção-Geral de Concorrência da Comissão, “estes empréstimos teriam de ser cancelados e portanto amortizados, devolvidos mais rapidamente, o que constituiria realmente um risco maior” para a estratégia de crescimento económico.

Em causa, recordou, estava o facto de, “após a crise da dívida soberana, uma boa parte destes empréstimos” terem ficado em causa “dada a perda de ‘rating’ dos bancos portugueses que utilizavam estas linhas de financiamento”.

“Por outro lado, o facto de termos tido esta resposta positiva da Comissão permite que, com garantia do tesouro português, cerca de 1.100 milhões de euros de uma nova linha de empréstimos que ainda não está utilizada possa vir a ser utilizada por pequenas e médias empresas em Portugal, e esta é uma notícia extremamente relevante, porque nós andamos há muitos meses a ver se conseguimos, com a Direcção-Geral de Concorrência e com a Comissão Europa, chegar a um entendimento para ultrapassar este bloqueio que nos impedia de poder aceder a estas linhas de financiamento do BEI”, disse.

Já madrugada de 5ª para 6ª, também o presidente da Comissão, Durão Barroso, comentara que o acordo sobre o regime português de garantia para empréstimos do BEI era uma “excelente, excelente ajuda” para as PME portuguesas.

“Ou seja, aquele aumento que houve do financiamento do BEI, que não estava ainda concretizado, por várias razões, foi finalmente desbloqueado, e isto vai permitir que o BEI aumente os empréstimos às PME portuguesas através dos bancos portugueses”, disse.

José Manuel Durão Barroso acrescentou que o que espera “agora é que os projectos se possam executar rapidamente, porque é dramática a urgência que se sente em Portugal quanto à necessidade de o investimento chegar à economia real”.

Já no fim das respostas que deu à Imprensa, Passos Coelho afirmou que “...não é por falta de financiamento que programas como o Impulso Jovem estão “aquém das expectativas”, considerando que é necessário que haja interesse das empresas em adoptá-los”.

“Não é por falta de financiamento que os programas como o Impulso Jovem estão aquém daquelas que eram as nossas expectativas. Nós temos financiamento para eles”, assegurou Pedro Passos Coelho, em resposta aos jornalistas, no final do Conselho Europeu.

O Primeiro-Ministro português defendeu que o que é necessário é que as empresas vejam “interesse nestes programas” para poderem adoptá-los, no seu próprio interesse que - defendeu Passos Coelho - depende de dois factores: da existência de uma “melhor perspectiva de financiamento” e da confiança nos “resultados da política económica e, portanto, na recuperação da economia”.

O Primeiro-Ministro explicou que, na prática, o que foi acordado na cimeira (a nova flexibilidade na aplicação das verbas acordadas para o emprego jovem), consiste na possibilidade de poder canalizar para as iniciativas destinadas à criação de emprego para os jovens, verbas do orçamento comunitário que não foram utilizadas para o seu destino inicial.

O Primeiro-Ministro português saudou a possibilidade de os seis mil milhões de euros poderem ser usados em 2014 e 2015, os dois primeiros anos de execução do orçamento comunitário plurianual (2014-2020).

“Julgamos que esta possibilidade trará para Portugal uma aceleração destas políticas destinadas a implementar a garantia jovem e, evidentemente, não resolvendo o problema do desemprego, criará uma expectativa positiva sobre todos os jovens que hoje são tremendamente afectados pelo desemprego”, concluiu.

A garantia jovem é uma iniciativa que pretende assegurar que os jovens até aos 25 anos que estão desempregados há quatro meses, tenham acesso a um trabalho, a um estágio ou a um programa de formação.

- Fontes: Lusa, DN, Diário Económico

Na Universidade de Verão do PPE

“As respostas nacionais à crise têm de ser complementadas por uma firme resposta europeia”



No discurso do jantar de encerramento do segundo dia da Universidade de Verão do “European Ideas Network”, que decorreu no Porto, – e onde está também presente primeiro-ministro da Finlândia, Jyrki Katainen – o Primeiro-Ministro português, Pedro Passos Coelho reiterou que as “respostas nacionais” às dificuldades resultantes da crise “têm de ser complementadas por uma firme e consequente resposta europeia”.

Passos Coelho rejeitou a ideia que hoje que a Europa se tenha limitado “a ficar de braços cruzados” na crise do euro, considerando que foram dados “passos importantes”, mas alertou para a ameaça resultante da “fragmentação financeira” europeia.

“É preciso dizer que não partilho a opinião de que a Europa se limitou a ficar de braços cruzados desde que a crise do euro se fez sentir. Demos passos importantes no aprofundamento da coordenação económica”, defendeu.

No entanto, Passos Coelho alertou que “as consequências europeias da fragmentação financeira” resultante da actual crise “são igualmente evidentes e muito ameaçadoras”.

“Ao se colocarem as empresas dos países mais afectados pela fragmentação financeira, em condições de difícil e custoso acesso ao crédito, está-se a contradizer o propósito e espírito da grande iniciativa europeia do Mercado Único”, criticou.

Na opinião do Primeiro-Ministro, está a ser “criado um muro invisível que separa arbitrariamente empresas, algumas com acesso mais fácil e mais barato ao crédito do que outras que não gozam dessas condições”.

Para Passos Coelho, “a barreira só será definitivamente derrubada” se for erigida “uma verdadeira União financeira”, com um mecanismo eficiente de resolução bancária e, a prazo mais largo, um sistema comum de garantia de depósitos.

Manifestando um convicto apoio “do cada vez maior estreitamento de laços económicos, políticos e culturais com a América Latina”, Passos Coelho defendeu que “Portugal é cada vez mais uma ponte entre a Europa e as Américas”.

“Porém, é preciso dizer, hoje, que também precisamos de construir, ou de reconstruir, pontes no interior da Europa a que pertencemos”, alertou, considerando que “Portugal é um dos Países que ocupa uma posição privilegiada para ajudar a construir” estas pontes.

Passos Coelho considera por isso necessário que os europeus reconheçam que foram “demasiado complacentes com as insuficiências da arquitectura institucional do euro” e muitos “displicentes” na preparação das economias e das sociedades para as exigências do novo regime económico e monetário.

“Fechámos muitas vezes os olhos aos problemas e desequilíbrios que se tornavam cada vez mais nítidos e profundos. Não é segredo para ninguém que a crise por que nós, europeus, estamos a passar, abriu divisões entre os Estados-membros”, observou.

Na opinião do chefe do Governo, “a articulação entre a responsabilidade no exercício da autonomia nacional e a responsabilidade da União, é crucial para que a base política onde se edificam as instituições europeias seja mais forte, mais democrática e fruto da confiança mútua entre as diferentes opiniões públicas, sem a qual o projecto europeu não resistirá”.

- Fonte: Lusa

Ilusão voluntária

(O Povo gosta que lhe mintam)
João César das Neves(*)

Nota da Redacção: É com o devido agradecimento ao Autor e à Direcção do Diário de Notícias que reproduzimos, na íntegra e neste lugar de destaque no Jornal, este artigo do Professor Catedrático e cronista habitual do ©DN, J.C.N., pelo seu valor intrínseco e pela actualidade e validade que tem, neste momento da vida nacional.- Redacção

O povo gosta que lhe mintam. Agora tem um Governo que diz a verdade e considera-o o pior de sempre, muito inferior aos anteriores, que nos convenceram de todas aquelas aldrabices que geraram a crise. Uma conclusão plausível do paradoxo é que o povo quer que o enganem.

Se este Governo diz a verdade não é por ser melhor. A situação é que é pior. Portugal bateu na parede e chegou a um estado em que as alternativas boas não existem e a conjuntura impede ilusões. Por isso, relutantemente, os ministros estão a dar más notícias, revelar o desastre, impor sacrifícios inevitáveis. Agora já não é possível aos responsáveis ocultar a realidade e vender fantasias. Mas o povo não quer isso.

Houve tempos em que o povo gostava de saber a verdade. Em 1974 e 1986 os portugueses estavam assustados. Nessa altura quem lhes descrevesse as dificuldades era eleito e conseguia fazer as reformas necessárias. Depois de 1992 vieram os anos da euforia a crédito. Hoje o povo está, não assustado, mas indignado. E quem sente revolta não quer que lhe digam a verdade, mas que o ajudem a descarregar os nervos. Por isso a mentira anda a prémio. Quem tiver a retórica mais bombástica e incendiária recebe aplausos, mesmo que diga rematada tolice; mesmo que agrave a situação já tão difícil.

António José Seguro sabe perfeitamente que a sua ideia de renegociar o programa de ajustamento é um mito impossível. Quando o PS for Governo ninguém, nem ele próprio, gastará um minuto a pensar nisso. Só o diz porque não pode assumir publicamente que não tem alternativa credível ao caminho que o País segue. De certa forma, o que afirma até é lisonjeiro para o Governo, admitindo implicitamente que nestas condições não se pode fazer melhor. Por isso invoca uma inverosímil mudança de circunstâncias.

Jerónimo de Sousa tem consciência plena de que a sua proposta de expulsar a troika e recusar a austeridade significaria uma desgraça nacional muito pior que a actual. Fazer o que o PCP e BE propõem seria balbúrdia e miséria. Portugal hoje só consegue financiar-se através dos fundos de emergência do FMI e UE, que vêm com as difíceis condições de ajustamento. Mas segui-las é a única forma de algum dia o País recuperar a credibilidade externa e regressar à normalidade. A razão por que esses partidos dizem essas coisas com tanta convicção e vigor, é porque sabem perfeitamente que elas nunca se verificarão, porque no fundo ninguém lhes liga. Sem quaisquer responsabilidades, podem esbracejar à vontade, servindo entretanto alguns interesses ameaçados pelos cortes.

Carlos Silva e Arménio Carlos percebem sem dificuldade que as greves são uma perda de tempo, nada alterando numa situação em que não há escolhas. Mas têm de apresentar serviço e fingir que existe outra política que evitaria os sacrifícios. Sempre com o cuidado de deixar omissos os contornos dessa solução milagrosa. Tal como os partidos da oposição, fazem dos protestos uma cortina fumo para esconder o facto de nunca terem dito, afinal, o que é que queriam que se fizesse, e como se pagava.

Mário Nogueira não tem ilusões que sem reformas e, em particular, sem cortar a sério no número e condição dos professores, o sistema de educação português fica arruinado. Mas o sistema de educação é a última das suas preocupações. O que ele quer é fazer mais barulho do que os outros sectores, de forma a que o Governo, para o calar, tire deles para minorar, ao menos em parte, os sacrifícios da sua classe. E já conseguiu.

A situação portuguesa é dura mas evidente. Temos uma das maiores dívidas externas do mundo. É claro que nunca a poderemos pagar, nem ninguém quer que o façamos. O que é preciso é estancar a sangria e pôr a casa em ordem, de forma a colocar a dívida em trajectória descendente, honrando os juros. Para isso surge a austeridade a que temos assistido. Senão é falência, descrédito, isolamento. A única alternativa é o caos, que vemos noutras longitudes. Esta é a verdade, nua e crua. E é bem dura. Assim, até nem admira que o povo goste que lhe mintam.

(*)Professor Catedrático, Doutorado em Economia, cronista no ©DN

O Presidente da República aceita a demissão do Ministro das Finanças e a nomeação de Maria Luís Albuquerque

*Posse da nova Ministra na tarde de ontem

O ministro das Finanças, Vítor Gaspar, pediu no dia 1 a demissão do seu cargo, avançando as razões que o levaram à decisão em carta ao Primeiro-Ministro.

Vítor Gaspar deixa completa a 7ª avaliação da "Troika", a extensão dos prazos dos empréstimos oficiais europeus, formalmente confirmada, o Orçamento Rectificativo aprovado, e as condições de financiamento do Tesouro e da economia portuguesa, melhoraram significativamente

O Presidente da República aceitou as propostas quase imediatas e simultâneas, do Primeiro-Ministro, da exoneração do ministro de Estado e das Finanças, e a sua substituição por Maria Luís Albuquerque, até agora secretária de Estado do Tesouro, propostas pelo primeiro-ministro.

Esta informação foi divulgada na página da Presidência da República na internet, na qual se lê que Vítor Gaspar foi exonerado "a seu pedido" e que Maria Luís Albuquerque será nomeada "para o mesmo cargo".

Maria Luís Albuquerque tomou posse na terça-feira, às cinco horas da tarde, no Palácio de Belém.

A nova equipa das Finanças tem dois novos secretários de Estado, Joaquim Pais Jorge, responsável pelo Tesouro, e Hélder Reis, que substituirá Luís Morais Sarmiento, tomando posse como secretário de Estado adjunto e do Orçamento.

Esta informação foi avançada por fonte do gabinete do Primeiro-ministro, que adiantou que os restantes três secretários de Estado deste Ministério vão manter-se, com a entrada de Maria Luís Albuquerque para o lugar de ministra de Estado e das Finanças.

Da equipa do ministro cessante, serão reconduzidos Manuel Rodrigues, como secretário de Estado das Finanças, Paulo Nuncio, como secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e Hélder Rosalino, como secretário de Estado da Administração Pública.

Joaquim Pais Jorge é actualmente presidente do Conselho de Administração da Parpública, sociedade gestora de participações sociais de capitais públicos, e vai substituir Maria Luís Albuquerque na Secretaria de Estado do Tesouro.

Hélder Reis está à frente do Gabinete do Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério das Finanças e vai ocupar a secretaria de Estado do Orçamento, ficando ainda com o cargo de adjunto de Maria Luís Albuquerque.

Reacções do Primeiro-Ministro

O Primeiro-Ministro e Presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, elogiou o "elevado sentido de Estado" do ex-Ministro das Finanças e afirmou que Vítor Gaspar exerceu as funções de ministro de Estado e das Finanças com "elevado sentido de Estado", tomando todas as decisões "em defesa do interesse nacional com "total dedicação e lealdade".

O primeiro-ministro de Portugal "comunicou esta tarde ao senhor Presidente da República o pedido de demissão que lhe foi apresentado pelo doutor Vítor Gaspar do cargo de ministro de Estado e das Finanças", avançou o gabinete de Passos Coelho numa nota divulgada à comunicação social.

Na nota pode ler-se ainda que "O Primeiro-Ministro de Portugal comunicou esta tarde ao senhor Presidente da República o pedido de demissão que lhe foi apresentado pelo doutor Vítor Gaspar do cargo de ministro de Estado e das Finanças", e "o Primeiro-Ministro sublinha o elevado



sentido de Estado manifestado pelo doutor Vítor Gaspar no desempenho das suas funções", exercendo as suas funções "em prol da defesa do interesse nacional durante um período de elevadíssima exigência para o país e sempre com espírito de total dedicação e lealdade".

"Vítor Gaspar exerceu as suas funções "em prol da defesa do interesse nacional durante um período de elevadíssima exigência para o país"

CDS/PP

O CDS/PP reagiu ao anúncio da demissão, salientando que as poucas divergências que teve com o ministro das Finanças foram sempre e apenas de "natureza política".

O CDS-PP foi a última das forças partidárias a comentar a demissão de Vítor Gaspar, fazendo-o de forma muito breve. Numa nota enviada às redacções, fonte da direcção dos centristas frisou que a "decisão do [até aqui] ministro das Finanças merece o maior respeito".

"Todos reconhecem o esforço que Vítor Gaspar fez. Qualquer ministro das Finanças chamado a governar nas circunstâncias em que Portugal se encontrava em 2011, depois de um resgate internacional, tinha uma tarefa muito difícil. As conhecidas diferenças que o CDS teve, em alguns aspectos, com o ministro das Finanças foram sempre de natureza política e não pessoal", pode ler-se na curta comunicação.

FMI

O Fundo Monetário Internacional (FMI) considera que o compromisso das autoridades portuguesas com os objectivos do programa de resgate e a sua implementação, continuam inalterados e sublinha os progressos feitos por Portugal.

Num curto comentário à saída de Vítor Gaspar, uma

porta-voz do FMI não faz qualquer referência ao ministro cessante, garantindo apenas que irá continuar a trabalhar com o Governo.

"Portugal fez progressos sólidos sob o programa apoiado pela Comissão Europeia, pelo Banco Central Europeu e pelo Fundo Monetário Internacional. O compromisso das autoridades com os objectivos do programa e com a sua implementação permanece inalterado, assim como o nosso compromisso de ajudar o País a avançar no caminho da recuperação económica", diz o fundo.

O FMI diz ainda que está ansioso para continuar a colaboração próxima com o Governo.

Comissário Olli Rehn

O comissário europeu dos Assuntos Económicos destacou hoje o "valioso trabalho" feito por Vítor Gaspar como ministro das Finanças e mostrou-se confiante de que a sua sucessora, Maria Luís Albuquerque, mostrará um "compromisso e uma determinação" semelhantes.

"Gostaria de expressar a minha profunda admiração pelo valioso trabalho feito por Vítor Gaspar como ministro das Finanças português", que "mostrou um firme compromisso com as metas do programa de ajustamento económico desde que assumiu o cargo, em Junho de 2011", afirmou Olli Rehn, numa declaração escrita.

O comissário europeu sublinhou o facto de Vítor Gaspar ter "ajudado a assegurar a adopção de muitas medidas difíceis, mas necessárias para restaurar a confiança na sustentabilidade das finanças públicas, num ambiente externo muito desafiador".

Sobre Maria Luís Albuquerque, que substituirá Vítor Gaspar e que até agora desempenhava as funções de secretária de Estado do Tesouro, Olli Rehn afirmou estar confiante de que mostrará "um "compromisso" e uma "determinação" semelhantes aos do seu antecessor.

Maria Luís Albuquerque "tem sido uma figura-chave, trabalhando ao lado de Vítor Gaspar no Ministério das Finanças português durante estes anos difíceis", considerou o comissário, que disse não ter qualquer dúvida de que a nova ministra das Finanças "irá a assegurar uma transição sem sobressaltos".

Ministro das Finanças alemão

O ministro das Finanças da Alemanha, Wolfgang Schäuble, comentou, com "pena pessoal" o pedido de demissão do seu "colega e amigo" Vítor Gaspar, considerando que este foi decisivo para colocar Portugal no caminho da recuperação económica.

"Gaspar e a sua equipa foram decisivos para recolocar Portugal o caminho certo da recuperação económica. Eles garantiram que os investidores recuperassem a confiança em Portugal", diz o líder da pasta das Finanças da maior economia europeia.

"É no entanto bom ver que um dos seus mais próximos colaboradores irá suceder-lhe. Maria Luís Albuquerque tem sido um agente chave para Portugal e na implementação do programa português e assim na reconstrução da economia portuguesa. É reconfortante saber que Portugal vai manter o caminho e que Maria Luís Albuquerque irá continuar o bom trabalho feito até agora. Congratulo-a, desejo-lhe o melhor", diz o governante alemão, esperando falar com ela já na próxima reunião do Eurogrupo, que acontece em Bruxelas na próxima semana. – Fontes: Diversas, Lusa, DN, RTP 1

Comunicado do Conselho de Ministros de 27 de Junho de 2013

1. O Conselho de Ministros aprovou a retificação da área da concessão domínial atribuída à Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. (ENVC, S.A.), bem como a afetação à área de jurisdição da Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A. (APVC, S.A.) das parcelas de terreno assim como dos edifícios, infraestruturas e equipamentos nelas implantados.

No mesmo diploma procede-se ainda à alteração do contrato de concessão celebrado com a ENVC, SA, e à autorização a esta entidade para a instituição na área afeta à concessão, de nova subconcessão, para a instalação de atividades industriais de construção e reparação de navios, de fabricação de componentes para aerogeradores eólicos e metalomecânica, assim como de atividades complementares ou conexas a todas estas.

2. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que cria a Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça (CAAJ).

A CAAJ tem como missão acompanhar, fiscalizar a atividade e exercer a ação disciplinar sobre os auxiliares da justiça, em especial os agentes de execução e os administradores judiciais que, desde já, ficarão sujeitos à jurisdição desta entidade. A nova entidade vem assim substituir a Comissão para a Eficácia das Execuções.

No que respeita aos agentes de execução, atribui-se à CAAJ uma natureza estatutária que lhe garante uma inequívoca independência face à associação pública profissional representativa dos solicitadores e dos agentes de execução, reforçando os poderes de supervisão e disciplina daqueles profissionais.

Relativamente aos administradores judiciais, este diploma vem, na linha do previsto no Estatuto dos Administradores Judiciais, reforçar os poderes de supervisão e controlo destes profissionais, aproveitando-se as economias de escala que podem advir de se concentrar numa só entidade os meios e os poderes para o exercício de tais funções.

3. O Conselho de Ministros alterou o regime jurídico dos graus académicos e diplomas do ensino superior, em desenvolvimento do disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Procede-se à clarificação dos requisitos relativos à composição, diferenciada, do corpo docente das instituições de ensino superior universitárias e politécnicas, para cada um dos ciclos de estudos conferentes de grau académico, bem como a uma regulamentação mais precisa das normas sobre creditação e ainda à introdução de um conjunto de preceitos relativos à transposição de matérias constantes da diretiva relativa aos serviços no mercado interno.

A clarificação destas normas vai permitir regras mais claras para a acreditação de cursos.

4. O Conselho de Ministros alterou o regime de inspeções técnicas periódicas de veículos a motor, das inspeções para atribuição de matrícula e das inspeções extraordinárias de veículos a motor e seus reboques, transpondo uma diretiva comunitária que adapta ao progresso técnico a legislação existente.

Esta alteração visa promover uma maior adequação entre a periodicidade das inspeções técnicas exigidas aos reboques e semirreboques, ligeiros, em face da frequência de utilização que têm da via pública. Em concreto, alarga-se a periodicidade das inspeções dos reboques que raramente utilizam a via pública, onde se incluem os veículos utilizados por corporações de bombeiros e suas associações ou os destinados a transporte de material de circo ou de feira.

5. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que estabelece o regime jurídico relativo à prevenção de feridas provocadas por dispositivos médicos corto-perfurantes que constituam equipamentos de trabalho nos sectores hospitalar e da prestação de cuidados de saúde, transpondo uma diretiva comunitária.

Esta diretiva insere-se no acordo-quadro, sobre a matéria em causa, celebrado pela Associação Europeia de Empregadores Hospitalares e da Saúde e pela Federação dos Sindicatos Europeus do Serviço Público, aumentando o nível de proteção dos trabalhadores do sistema de saúde e reforçando as condições de monitorização com vista à redução destes acidentes.

6. O Conselho de Ministros autorizou também o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P., a realizar despesa com aquisição de bens e serviços informáticos para a execução da nova programação da Política Agrícola Comum para 2014-2020.

De modo a não comprometer os pagamentos diretos, as ajudas ao investimento aos agricultores portugueses e o pagamento das ajudas provenientes do Fundo dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), torna-se necessário pôr em funcionamento, em tempo, o novo sistema de gestão e controlo o que implica a aquisição dos serviços para a sua operacionalização.

É determinado o procedimento pré-contratual de concurso público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, para a aquisição desses serviços até 5,039 milhões de euros.

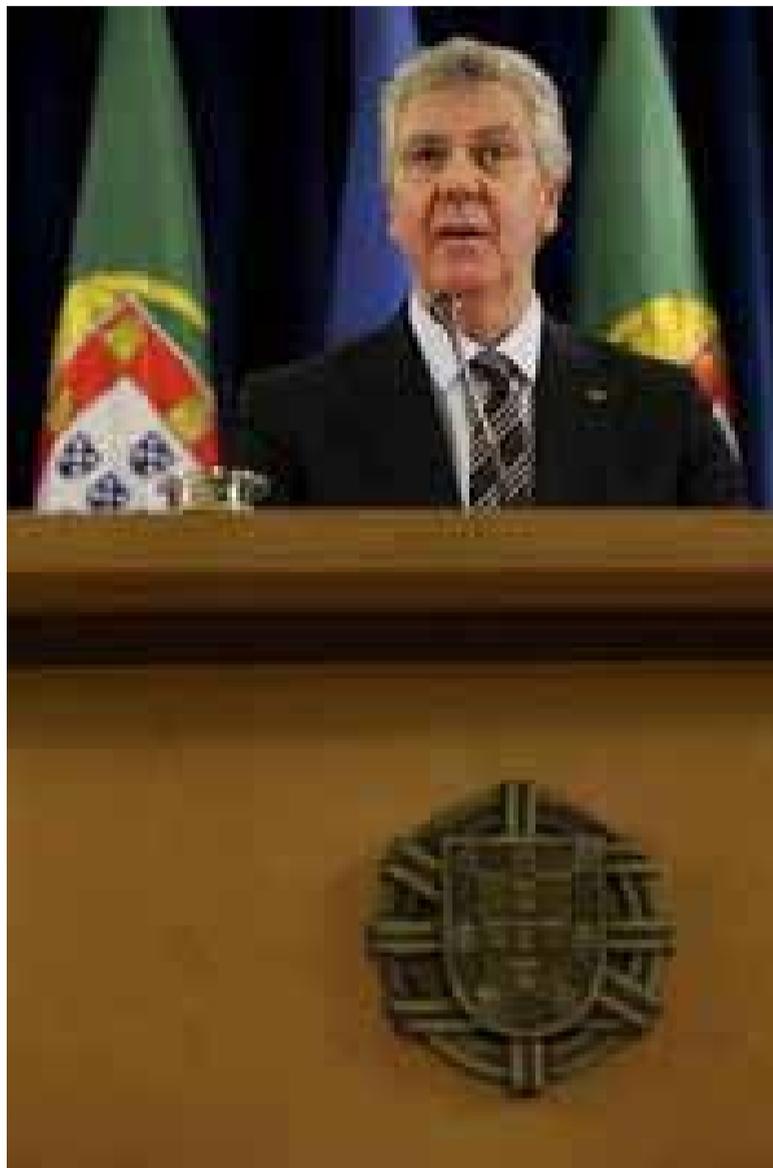
7. O Conselho de Ministros autorizou ainda a realização de despesa com a aquisição de combustíveis rodoviários, em postos de abastecimento públicos e a granel, para os organismos do Ministério da Administração Interna, uma vez que não está ainda concluído o procedimento do concurso público desencadeado.

A autorização ascende a cerca de 4 milhões de euros e tem como objetivo a prossecução das missões dos referidos organismos, designadamente para garantir a segurança de pessoas e bens, o desenvolvimento de ações policiais, a prevenção e segurança rodoviária, a mobilização dos meios de transporte rodoviário e aéreo nas operações de socorro e emergência e a vigilância das fronteiras.

8. O Conselho de Ministros aprovou a classificação como monumento nacional do Ribat da Arrifana, na Ponta da Atalaia (Vale da Telha), freguesia e concelho de Aljezur, distrito de Faro.

O Ribat da Arrifana foi um centro religioso e militar referenciado em diversas fontes literárias islâmicas como convento de monges guerreiros muçulmanos, que começou a ser edificado em data próxima a 1130 da era cristã.

9. O Conselho de Ministros aprovou a nomeação do presidente do conselho de administração da Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, E.P.E.. Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre esta nomeação.- Gab. Cons. Min.



Candidaturas autárquicas em Vila Franca de Xira, Oliveira do Hospital e Arouca

Vila Franca de Xira - João de Carvalho

João de Carvalho, candidato à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, referiu esta sexta-feira, dia 28 de Junho, no decorrer da sua apresentação pública ao eleitorado do concelho, quais os ideais e compromissos com todos os Vila-Franquenses no seu projecto político. “Luto pelo que penso e por aquilo que acredito. As minhas competências são reconhecidas por quem me apoia. Por quem não hesita em lutar, arregaçar as mangas e pôr mãos à obra. E esse será sempre o meu compromisso. É talento para fazer bem feito”, disse.

Conhecido dos palcos e ecrãs portugueses, João de Carvalho também salientou que a sua profissão de actor não irá interferir com o seu papel de autarca. “Aqui eu não sou o actor. Aqui eu não visto nenhum traje, nem apregoo o que não penso e não acredito. Não! Vila Franca precisa de pessoas que acreditem no concelho, que



ção do concelho, um projecto abrangente, que levará o nome de Oliveira do Hospital mais longe, essa é a minha promessa e o meu compromisso. Quero dar voz aos Oliveirenses, ser o rosto da luta pelos seus interesses».

António Duarte Presidente da Concelhia do PSD de Oliveira do Hospital e Marcelo Nuno, Presidente da Distrital de Coimbra marcaram presença.

José Luís Alves - Arouca

O concelho de Arouca ficou a conhecer o candidato do PSD à Câmara Municipal no Sábado, 29 de Junho.

Foi com o lema ‘O destino é Vencer’ que José Luís Alves se apresentou publicamente a todos os arouquenses. José Matos Rosa, Secretário-Geral do PSD, participou nesta sessão e garantiu que José Luís Alves é a aposta certa para a liderança da autarquia passar a ser social-democrata: «

Permitam-me que comece por saudar a vossa coragem em participarem neste projecto autárquico para o concelho de Arouca. José Luís Alves é a pessoa certa para lutar por uma Arouca melhor, mais moderna, mais solidária com os desfavorecidos e com os jovens que lutam contra o desemprego»

José Luís Alves afirmou que irá enfrentar este desafio eleitoral sem qualquer tipo de receio: «Eu sou uma pessoa que não tenho medo de enfrentar os desafios. Não tenho receio de enfrentar os desafios. Sempre o fiz e continuarei a fazê-lo. Eu sei que o desafio é imenso. Eu sei que é muito difícil mas também sei que ele é possível»

Ao PSD@TV, o candidato destacou que o lema da sua candidatura coincide com o seu projecto político; e que tudo irá ser feito para alcançar a vitória nestas próximas eleições: «O nosso destino é vencer. Vamos fazer tudo, lutar para conseguir, no dia 29 de Setembro uma vitória clara».

Ulisses Pereira, Presidente da Comissão Política Distrital de Aveiro, Elísio Brandão, Candidato à Assembleia Municipal, José Artur Gomes, Presidente da Comissão Política de Arouca e Tiago Mendes, líder da JSD local, também participaram na sessão.



dediquem o seu trabalho e do fundo do meu coração, eu sou uma dessas pessoas”, realçou.

José Matos Rosa, Secretário-Geral do Partido Social Democrata, esteve presente e não poupou elogios ao candidato. “Um actor tão querido dos nossos palcos e

dos nossos ecrãs. Um autarca exemplar, uma referência para o PSD como autarca. Um homem determinado, corajoso, sensível e que não vacila perante as adversidades”, destacou.

Um discurso emotivo e bastante aplaudido foi o do actor Ruy de Carvalho, pai do candidato, que referiu as qualidades e valores que sempre incutiu a João de Carvalho.

Cristina Oliveira (Oliveira do Hospital)

O Secretário-geral do PSD, José Matos Rosa fez questão de estar presente neste já tradicional encontro dos Sociais-Democratas de Oliveira do Hospital e afirmou que Cristina Oliveira é a escolha certa para o concelho.

«A política implicará sempre escolhas e opções que têm de ser tomadas. E não tenham dúvidas que Cristina Oliveira é a escolha e opção certa para a partir de 29 de Setembro ser a Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Eu acredito em Cristina Oliveira. Cristina Oliveira é uma mulher de grandes capacidades profissionais, políticas e humanas, é uma mulher competente, justa e determinada».

Cristina Oliveira, candidata pelo PSD à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, aproveitou para descrever a sua candidatura.

«A minha candidatura é um projecto de moderniza-



Moreira da Silva na apresentação do candidato à Junta de Freguesia de Belém



No dia 27 de Junho, a coligação “Sentir Lisboa” apresentou o candidato à Junta de Freguesia de Belém. Fernando Ribeiro Rosa candidatou-se a esta nova freguesia surgida da fusão de outras duas, no âmbito da reorganização das freguesias lisboetas. A coligação concorre com o lema “Belém, a soma de todos”.

O 1º Vice-Presidente do PSD, Jorge Moreira da Silva, será o candidato à Assembleia de Freguesia, e afirmou confessou ter aceite o convite imediatamente, dizendo que Fernando Ribeiro Rosa é o candidato ideal para aquela que também é a sua freguesia.

“Conheço muitíssimo bem o Fernando Ribeiro Rosa, é meu vizinho, vivemos a 40 metros de distância e aprecio nele, desde à muitos anos, uma característica que é essencial para quem quer servir os seus munícipes, quer servir aqueles que vivem na sua freguesia. O Fernando Ribeiro Rosa gosta de pessoas e eu não conheço outra característica melhor para um autarca, para um político, para um servidor público do que gostar de pessoas”.

O candidato à Câmara de Lisboa, Fernando Seara, marcou presença e descreveu o que diz ser a principal característica do candidato: “O Fernando Ribeiro Rosa tem esta característica, desde o primeiro tempo em que nos conhecemos, é dedicado, é amigo do seu amigo, entrega-se aos outros e é aquilo que eu sempre ouvi que ele tem feito na Freguesia de Belém nos últimos doze anos.”

Estiveram presentes Pedro Lomba, secretário de Estado Adjunto do Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, Mauro Xavier, presidente da Concelhia do PSD de Lisboa, Graça Gonçalves, presidente do Núcleo de Lisboa Ocidental do PSD, um representante do Partido da Terra e João Pereira, presidente da Concelhia de Lisboa do CDS-PP.



Nilza de Sena eleita Vice-Presidente na OSCE

Nilza de Sena, Vice-Presidente do PSD, foi eleita Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Económicos, Ciência, Tecnologia e Ambiente da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE).

A maioria está receptiva às propostas da oposição



No final de um debate em que foram discutidas algumas iniciativas do PS, o deputado Luís Menezes citou a música de Rui Veloso para recordar que “muito mais é o que nos une do que aquilo que nos separa”. “Se há muita coisa que separa esta bancada de algumas posições mais radicais e menos construtivas do PS, aquilo que hoje estamos a debater, as propostas que hoje são apresentadas pelo PS, penso que são aquilo que o país que nos vê lá fora procura desta casa. Propostas concretas, procura de pontos de convergência e que mesmo da divergência possam surgir propostas melhores e mais completas”. Neste sentido, o vice-presidente da bancada do PSD felicitou o PS pelas propostas apresentadas.

O deputado frisou que algumas destas propostas, como a descida do IVA na restauração, não poderão passar pois esta é uma medida que carece de toda a atenção e porque foi incluído no Orçamento do Estado a criação de um Grupo de Trabalho para podermos ter a informação sobre o que podemos e devemos fazer. “Aquilo que observamos da receita obtida são duas notas diferentes: a primeira é um aumento da receita fiscal por via do aumento do imposto, mas a receita fiscal arrecadada foi superior ao aumento do imposto, o que mostra que a par do aumento do imposto houve uma melhoria no combate à evasão fiscal. Desse grupo de trabalho é importante que se percebe a margem para que possamos tomar medidas concretas. Mas temos de estudar a situação em concreto antes de perceber o que podemos fazer”.

A terminar, Luís Menezes declarou que o PSD deseja que este debate seja o início de um caminho de maior convergência do PS e mesmo da maioria em relação às propostas do PS.

O Governo corrige “a insustentabilidade das contas públicas”

A acusação foi deixada por Cristóvão Crespo, no debate da Conta Geral do Estado 2011. “O ano de 2011 foi o último degrau do inferno a que nos conduziu o anterior Governo socialista. Portugal deixou de ter financiamento externo ao Estado e à economia. Portugal viu interrompido o seu financiamento. O Governo socialista deixou um buraco descomunal e uma corda para o escalar, agora exige-nos uma ascensão em elevador”. Foram estas as primeiras palavras do deputado social-democrata, Cristóvão Crespo, no debate da Conta Geral do Estado 2011.

De seguida, o parlamentar recordou que várias entidades reconhecem que a política orçamental imprudente dos socialistas conduziu à insustentabilidade das contas públicas de Portugal, desequilíbrios que ficaram mais notórios com o cenário externo adverso.

Cristóvão Crespo abordou várias das áreas que foram atingidas pelo descalabro da governação, desde o desemprego, às dívidas, passado pelas parcerias público-privadas e terminou a sua intervenção dizendo que os resultados de todas estas áreas dizem bem do buraco em o PS nos deixou e do qual este Governo nos está a tentar retirar.



Arsenal da Devesa é exemplo na formação de jovens e no reforço do espírito de comunidade

Inserido num ciclo de contactos que pretende promover o diálogo e o consenso com os agentes das mais diversas áreas, Ricardo Rio, líder da coligação “Juntos Por Braga”, visitou, na semana passada, o Arsenal Clube da Devesa. Henrique Ferreira, presidente do clube há cerca de 12 anos, acompanhou Rio durante esta iniciativa.

Segundo o candidato à Presidência da Câmara Municipal de Braga, o Arsenal da Devesa tem desenvolvido um trabalho “extremamente importante” na formação dos jovens do concelho e no reforço do espírito desta comunidade. “Mais importante do que o trabalho que tem vindo a ser feito do ponto de vista desportivo e que tem produzido os resultados positivos que todos conhecemos, este clube, que é já histórico, desenvolve um esforço tremendo na componente humano, solidária e de formação e ocupação dos jovens que é essencial para esta comunidade”, salientou.

Como explicou Henrique Ferreira, o Arsenal da Devesa, fundado em 1950, tem mais de 280 atletas espalhados pelas suas várias equipas. “Temos equipa de seniores, ben-jamins, infantis, iniciados, juvenis e juniores. Na próxima época, iremos alargar a nossa atividade para o andebol, estando já uma equipa a ser formada”, avançou.

Por seu turno, Ricardo Rio sublinhou que muita coisa se alterou desde a última vez que efetuou ao Arsenal da Devesa. “É com enorme felicidade e orgulho que constato que durante este período não foram só os troféus conquistados que aumentaram, mas também as condições de funcionamento desta instituição melhoraram e a sede, que estava muito deteriorada, está agora em excelentes condições para receber os seus associados, sendo atualmente dignas de um clube com esta grandeza”, afirmou.

No que se refere aos apoios concedidos pela autarquia aos clubes, Ricardo Rio lembrou que a ajuda financeira para a inscrição dos jovens atletas nas competições, recentemente aprovada pelo município, foi uma importante conquista há muito defendida pelos “Juntos Por Braga”. “Puxando pela história, recordo que de há 8 anos a esta parte que defendemos que clubes como o Arsenal da Devesa devem ter um apoio contínuo por parte da autarquia, tendo mesmo apresentado propostas de regulamento desse apoio e de formulação de contratos-programa com todos os clubes em função do número de atletas que, na altura, foram chumbadas pelo executivo autárquico”, disse Rio, afirmando que a ajuda aos clubes é fundamental para que estes possam ter um alívio financeiro na sua gestão corrente: “Sabemos que as dificuldades económicas são grandes e os patrocínios cada vez menos. Esse apoio da Câmara Municipal, que deve ser crescendo dentro das possibilidades, é também uma recompensa pelo trabalho que desenvolvem, pelo número de atletas que têm e pelas modalidades que envolvem”.

Nesse sentido, o dirigente do Arsenal da Devesa apançou que todos os apoios que recebem são importantes, especialmente nesta fase de crise económica e social que o país atravessa. “Sem dúvida que as nossas principais dificuldades são financeiras. Os patrocínios reduziram, assim como os sócios pagantes, e tudo o que nos for dado é uma grande ajuda para podermos continuar a levar o clube para a frente”, declarou, agradecendo o “apoio incansável” que tem sido prestado pela Junta de Freguesia de São Lázaro e pelo seu Presidente, João Pires.

Quanto à sede do clube, que poderá vir a ser alterada no futuro fruto das obras que estão a decorrer na zona do Picoto, Ricardo Rio enfatizou que o Arsenal da Devesa pode contar com todo o esforço do “Juntos Por Braga”, no sentido de dotar o clube das condições físicas que merece. “Podem estar descansados porque iremos trabalhar sempre no sentido de terem uma sede com todas as condições necessárias para o bom funcionamento do clube e nesta zona da cidade, a que vocês pertencem e onde querem continuar”, garantiu.



Comunicado da Comissão Permanente Nacional do PSD

1. Como é do conhecimento público, a Assembleia da República, por maioria qualificada, decidiu, de acordo aliás com o sentido genuinamente democrático do 25 de Abril, pôr termo ao longo período de vários anos de transição que o País atravessou desde essa data histórica, extinguindo o Conselho da Revolução em coincidência com o momento, que se espera para breve, da publicação da Lei da Revisão Constitucional.

2. É também do conhecimento público que alguns membros do Conselho da Revolução reagiram negativamente ao acordo parlamentar referente à extinção daquele órgão, sob o pretexto de que esse acordo envolvia uma atitude de humilhação e cobria uma intenção de ofensa à dignidade institucional do Conselho da Revolução.

E a esse propósito se tem vindo a assistir a tomadas de posição públicas, quer da parte de certos membros

do Conselho da Revolução, quer da parte do Presidente da República que com eles declarou solidarizar-se, quer da parte de algumas forças partidárias, nomeadamente do PC.

3. Entendeu o Partido Social-Democrata manter um sereno silêncio no contexto dessa, para si, falsa questão. A verdadeira questão em causa é a da plena democratização do regime e este objectivo não se compadece com a subsistência de um órgão de tutela militar para além da data da promulgação e publicação da Lei da Revisão Constitucional. O nosso silêncio foi, assim, a confirmação de que o acordo parlamentar conducente à extinção do Conselho da Revolução naquela data não representava ofensa ou humilhação a quem quer que fosse, mas tão só a consecução do objectivo pelo qual o PSD sempre lutou e que teve consagração em sucessivas votações democráticas do nosso povo.

(Continua na pág. 2)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Manuel Pereira:

REFERENDO LOCAL É LEGÍTIMO

Costa Andrade:

CRIMES FISCAIS JUSTIFICAVAM TRIBUNAIS ESPECIALIZADOS

(PÁG. 4)

Nova ponte em Alcácer do Sal

Deixou de existir o estrangulamento rodoviário em Alcácer do Sal, com a inauguração de uma nova ponte, paralela à existente, que custou 45 000 contos. Este novo melhoramento tem beneficiado muito o trânsito para o Sul do país, que se processa já em boas condições, sem a formação de longas filas de veículos que ali eram habituais, especialmente nesta época do ano.

Anunciado por Menéres Pimentel

Melhores condições de alojamento para detidos e funcionários prisionais

(NA PÁG. 2)

Fernando Condesso

O NOVO TEXTO CONSTITUCIONAL CONDUZ A UMA PLENA DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO

Concluída a Revisão Constitucional, uma revisão que se desenrolou envolta em grande controvérsia, impunha-se saber o que foi ou não alcançado. Fernando Condesso, 1.º vice-presidente da Comissão de Revisão Constitucional, além de vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD, presidente da Comissão de Defesa Nacional e coordenador do PSD na Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias foi, por esse motivo, entrevistado.

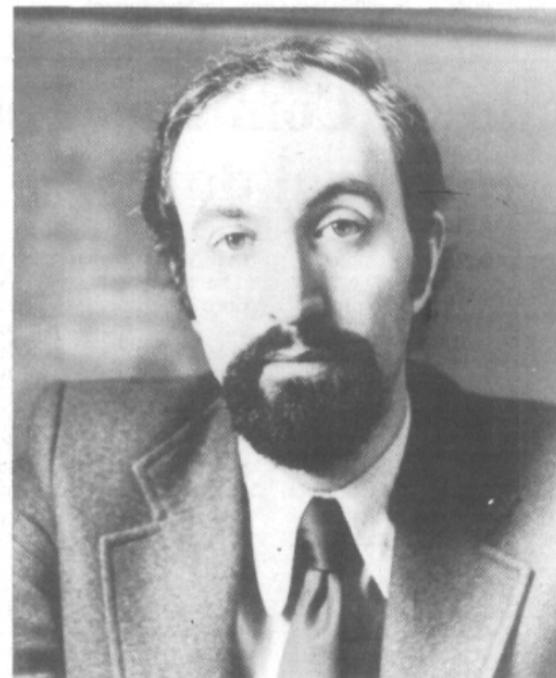
“Povo Livre” — Nesta revisão constitucional, a que distância ficamos relativamente ao projecto Sá Carneiro.

Fernando Condesso — No seu contributo pessoal para um projecto de revisão constitucional, Sá Carneiro, em 1 de Janeiro de 1979, apareceu com um documento “Uma Constituição para os Anos 80” em que, numa perspectiva suprapartidária procurava avançar com uma ideia sem pretensão de ter soluções definitivas, submetendo ao juízo da opinião pública essas soluções, na mira de vir, na altura própria, a conseguir-se um projecto merecedor de um largo consenso político e, afinal, uma “Constituição para unir e não para dividir os portugueses”.

Com a Aliança Democrática, conseguiu-se, em Maio de 1981, um projecto que, continuando a aprofundar muitas soluções propostas por Sá Carneiro, acolhia o apoio

do PSD, CDS e PPM e, com eles, a maioria dos portugueses.

Em alguns aspectos, a



AD divergia das suas propostas, mas o PS, no seu projecto (vg. a questão da nomeação do chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas e direitos dos jornalistas ou, durante o debate, a atribuição ao Presidente da República da competência para marcar o dia da eleição do Presidente da República, etc.), assumiu, posteriormente, essas posições do trabalho efectuado por Sá Carneiro, em finais de 1978.

Nas suas grandes linhas e nas principais soluções de alteração do enquadramento jurídico do regime, as posições do 1.º projecto de Sá Carneiro

tiveram acolhimento no projecto da AD, desde a desdogmatização do texto constitucional, à impressão dos imperativos constitucionais que obrigam à transição para o socialismo, previsão da entrada de Portugal na CEE, eliminação do Conselho da Revolução, criação de um Tribunal Constitucional, consignação expressa do

construtiva, alargamento dos poderes das Regiões Autónomas, conversão do título, reformulado, Forças Armadas para Defesa Nacional, etc.

Neste momento, em que a revisão chegou ao fim, poderemos dizer que as soluções defendidas por Sá Carneiro, nas questões mais importantes, terão acolhimento no novo texto constitucional, ou com excepção da eliminação da irreversibilidade das nacionalizações, da eliminação de expressões com forte carga ideológica nos primeiros artigos da Constituição, da possibilidade de voto para todos os portugueses em relação ao Presidente da República, consagração expressa do referendo de âmbito nacional, impossibilidade de investidura de governos que não tenham consigo uma maioria, mesmo que relativa, de deputados e a continuação dos institutos da inconstitucionalidade por omissão e da fiscalização preventiva da constitucionalidade das leis, pois, em todos estes domínios, em que a AD foi herdeira do pensamento de Sá Carneiro, esta ficou vencida pelos votos contrários do Partido Socialista e do Partido Comunista.

“P.L.” — Quanto aos compromissos do PS com o general Eanes, o que pensa deles?

F.C. — No que diz respeito aos compromissos do PS com o general Eanes, em matéria de revisão constitucional, penso que os mesmos, enquanto têm uma componente fortemente limitadora da liberdade de alteração do conteúdo constitucional oriunda do Pacto MFA-Partidos, é altamente criticável. Aliás, o PS rapidamente se arrependeu do mesmo, por se aperceber que estava contra o espírito

(Continua na pág. 3)



O consenso

Ângelo Correia (*)

O empresário, se quer crescer, também precisa de estar suficientemente capitalizado

A A.R. aprovou na semana passada algumas recomendações e projectos-lei que têm como objectivo fortalecer o músculo financeiro das empresas, e estabelecer novas relações entre elas e o estado, numa base mais saudável e equitativa.

Um dos estrangulamentos mais relevantes ao desenvolvimento do país e à retoma económica centra-se na debilidade financeira da generalidade das empresas portuguesas, sejam elas públicas ou privadas, nomeadamente naquilo que o jargão da economia designa por descapitalização.

Todos sabemos que só se cria emprego se as empresas investirem, e, tal atitude, não depende apenas de melhor ou pior conjuntura que se atravessa; das maiores ou menores facilidades que a banca conceda através do crédito prestado; da vontade, estímulo e expectativas dos empresários, mas, também, da sua capacidade financeira.

Se uma empresa pretende investir um montante determinado num novo projecto, sabe que uma parte do valor que lhe respeita tem de ter origem nos fundos próprios dessa empresa, já que o sistema financeiro nunca deverá e poderá cobrir todos aqueles montantes.

Esse tempo de facilidade e negligência já passou e não regressa.

Por isso, o empresário se quer crescer também precisa de estar suficientemente capitalizado, para, em conjunto com a banca ou o mercado de capitais, responder a essa necessidade.

É exactamente esse problema que constitui uma das maiores angústias do presente. A crise não produziu só a retracção das vendas, a diminuição dos lucros ou o aumento dos prejuízos. Produziu também a descapitalização das empresas.

Pedir-lhes hoje que invistam sem perceber o estado em que estão, é pura fantasia. Perdoe-se-me a comparação: é como pedir a uma pessoa com mazelas mais ou menos graves nas pernas que comece a correr com alguma velocidade. Daí a urgência em tudo o que se puder fazer para ajudar a promover a recapitalização das empresas.

O que se passou na A.R. é, por isso, positivo. Se nada fizermos nessa área, e mesmo que um dia tenhamos as nossas contas públicas equilibradas, não teremos capacidade de progredir e sobreviver. Estamos perante uma emergente necessidade social. A A.R. compreendeu-o. Estamos por isso à beira de novos consensos? Deus queira!

(*) Gestor, © Correio da Manhã



Os génios que nos guiam

Vasco Pulido Valente (*)

Não tenho uma palavra a tirar da coluna de ontem, escrita na manhã do dia da greve geral. A greve foi, para variar, uma greve de trabalhadores do Estado, muito especialmente dos transportes, que pouco a pouco se tornaram uma espécie de representantes do país. A interpretação que se deu depois ao que sucedera é que me espantou. Um sábio comentarista declarou o "protesto" uma forma democrática e pacífica de "canalizar" o descontentamento, mas não pareceu perceber que esse "protesto", minuciosamente organizado, foi um melancólico fracasso. Outro sábio comentador disse que o lúgubre espectáculo de quinta-feira ajudara a salvar a pátria e também a alma do lusíada, coitado. E ainda outro declarou com solenidade que respeitava os grevistas, como se os grevistas precisassem para alguma coisa do respeito dele.

Como de costume a CGTP proclamou a chamada "paralisação" nada menos do que "extraordinária". Não viu com certeza as ruas vazias, nem as praias cheias. Nunca a realidade consegue penetrar na colectiva cabeça de um verdadeiro comunista. A UGT, com o embaraço de quem evita mentir muito, anunciou um grau de adesão de 50 por cento, segundo o velho princípio português de não ofender ou irritar ninguém. Mas, no fim da festa, Carlos Silva aliviou o seu sobrecarregado espírito com duas máximas definitivas. Começou por explicar que a greve geral estava a ser "banalizada", como se ele próprio não tivesse a menor responsabilidade por essa "banalização". E a seguir, ofereceu ao "bom povo" de Portugal este infalível método de governo: "Primeiro o combate à fome, à miséria, à desigualdade.

Primeiro nós", claro. E as "contas" que esperem. Não sei se este sistema é alegremente aceite nas lojas em que o sr. Carlos Silva se abastece. De qualquer maneira, distrai da laidinha (cassete, para os comunistas...) estabelecida: a política falhada do sr. Gaspar, a necessidade de correr com Passos Coelho, a "demissão" do Governo, a fantasia do "crescimento económico" e a urgência de uma baixa perceptível de impostos.

Para não falar na miséria dos portugueses, que deviam prender, julgar e condenar os respeitáveis malandros que nos meteram neste sarilho. O sr. Carlos Silva da UGT, ao menos, conseguiu propor uma solução expeditiva e simples.

Nós, por gentileza, agradecemos. Carlos Silva chegou finalmente ao nó do problema: quem não tem, rouba. É finalmente o ovo de Colombo.

(*) Professor Universitário, Historiador, Colunista ©Público



CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cascais para reunir no próximo dia 10 de Julho de 2013, pelas 21h30, no Hotel Baía - Avenida Marginal, em Cascais, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Candidatura Autárquica - Eleições Autárquicas 2013

COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Coimbra, para reunir no próximo dia 15 de Julho de 2013, (segunda-feira) pelas 21h00 na Casa Municipal da Cultura, sita na Rua Pedro Monteiro, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Eleições Autárquicas 2013:- Estatutos Nacionais, divisão I - Assembleia de Secção, artº 53º, (composição e competência) nº 2, alínea f - "Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das autarquias locais (...)"
- 3 - Análise da situação política

CONDEIXA - A - NOVA ANULAÇÃO

No "Povo Livre" de 19 de Junho passado, saiu a convocatória com a marcação de eleições. Esta convocatória fica sem efeito, as eleições foram anuladas,

ENTRONCAMENTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção do Entroncamento, para reunir no próximo dia 12 de Julho de 2013, (sexta-feira) pelas 20h30 na sede, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Parecer sobre as listas candidatas aos órgãos das Autarquias Locais, sob proposta da Comissão Política
- 2 - Análise da situação política

GRANDOLA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Grândola, para reunir no próximo dia 15 de Julho de 2013, (segunda-feira) pelas 20h30 no Salão da Casa do Povo de Melides, sito na Estrada Nacional 261 - Melides, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Eleições Autárquicas 2013
- 2 - Aprovação de listas às Eleições Autárquicas 2013
- 3 - Outros assuntos de eventual interesse

PAREDE / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Residencial de Parede, para reunir, no próximo dia 09 de Julho de 2013, (terça-feira) pelas 21h00, na sede sita na Rua Jogo da Bola, n.º 1- A, Cave, com a seguinte,

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Eleições Autárquicas 2013

AUTÁRQUICAS

2013

Conheça a nova plataforma do PSD para as Autárquicas 2013

www.autarquicaspsd.pt